

TEXTOS LATINOS NA SALA DE AULA: PROPOSTAS DO PROJETO *VOCABULÁRIO POLÍTICO DA ANTIGUIDADE*

Priscilla Gontijo Leite*

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Recebido em: 08/10/2025

Aceito em: 03/12/2025

priscillagontijo@gmail.com



RESUMO: O projeto *Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania* iniciou-se em 2016 na UFPB e continua ativo, acumulando experiências no ensino da Antiguidade e desenvolvendo materiais didáticos para a discussão de questões políticas em sala de aula. O projeto baseia-se em uma perspectiva interdisciplinar, alinhando conhecimentos de Letras Clássicas e História Antiga e da integração entre pesquisa, ensino e extensão. Neste artigo, nosso objetivo é apresentar como os textos latinos de Cícero e César foram traduzidos pela equipe do projeto e também os materiais didáticos criados a partir dessas traduções e aplicados em escolas da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História Antiga; Tradução; Latim; Formas de governo.

LATIN TEXTS IN THE CLASSROOM: PROPOSALS FROM THE POLITICAL VOCABULARY OF ANTIQUITY PROJECT

ABSTRACT: The project *Political Vocabulary of Antiquity: reflections for the exercise of citizenship* began in 2016 at UFPB and continues to be active, accumulating experience in teaching Antiquity and developing teaching materials for discussing political issues in the classroom. The project is based on an interdisciplinary perspective, aligning knowledge of Classical Literature and Ancient History with the integration of research, teaching, and extension. In this paper, our goal is to present how the Latin texts of Cicero and Caesar were translated by the project team, and also the teaching materials created from these translations and applied in primary and secondary schools.

KEYWORDS: Teaching of Ancient History; Translation; Latin; forms of Government.



INTRODUÇÃO

O projeto *Vocabulário Político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania*, doravante apenas *Vocabulário Político da Antiguidade*, foi criado em 2016 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com professores e alunos dos cursos de graduação em Letras Clássicas e História e que ainda continuam em atividade, produzindo diversos materiais didáticos baseados em autores gregos e latinos, cuja proposta de tradução é voltada para o público em idade escolar. O projeto é realizado no âmbito do Prolicen (*Programa de Apoio às Licenciaturas*) que tem o intuito de fortalecer a formação inicial dos licenciandos, numa perspectiva de integração entre pesquisa, ensino e extensão, priorizando o primeiro contato dos licenciandos com a sala de aula da educação básica. A qualidade do nosso projeto foi reconhecida institucionalmente por meio da premiação no ENID (Encontro de Iniciação à Docência) nos anos de 2019, 2023 e 2024.

Nesse sentido, nosso principal objetivo é a produção de materiais didáticos que auxiliem professores da educação básica nas aulas de História Antiga, ou de qualquer outra disciplina ou componente que trabalhe aspectos da Antiguidade, a partir de discussões sobre política. Por isso, o material produzido é disponibilizado gratuitamente em nosso site e divulgado amplamente nas redes sociais.¹ Ademais, a equipe do projeto visita escolas da cidade de João Pessoa e arredores para aplicar os resultados da pesquisa, estabelecendo um diálogo contínuo entre universidade e escola pública,² exercendo assim a extensão universitária. O resultado disso é um material atrativo que permite, ao mesmo tempo, estudar História Antiga numa perspectiva política e que alunos do ensino fundamental e médio tenham o primeiro contato com textos originais em grego e latim.³

Vocabulário Político da Antiguidade foi idealizado pelos professores Priscilla Gontijo Leite (História/UFPB) e Lucas Consolin Dezotti (Clássicas/UFPB), tendo como premissa a interdisciplinaridade como elemento central nos estudos a respeito do Mundo Antigo. Eles são os coordenadores do projeto, composto por alunos da Licenciatura em História ou Letras Clássicas. Já em 2024, o professor Félix Jácome Neto (Clássicas/UFPB) passou a integrar a coordenação e também passamos a contar com a participação de alunos do Mestrado. Além disso, é importante destacar que os egressos que participaram do projeto

¹ Site do projeto: <https://vocabulariopolitico742115819.wordpress.com/>. Instagram: <https://www.instagram.com/vocabpolitico/>. Para mais informações sobre a elaboração do site e de outros suportes digitais, ver: Silva, Carmo, Leite (2022).

² Para uma análise das experiências do *Vocabulário Político da Antiguidade* nas escolas de João Pessoa e arredores ver Silva, Carmo (2019); Silva, Carmo, Leite (2022); Santos Junior (2024); Leite *et al.* (2024).

³ Como o objetivo do projeto é a divulgação dos autores clássicos, para as traduções dos textos antigos sempre utilizamos os que já estão em domínio público, mesmo que sejam versões mais antigas. Também para a elaboração do material didático, priorizamos estudos que estejam em língua portuguesa, tanto para divulgar as pesquisas recentes lusófonas quanto para permitir que o professor da educação básica possa aprofundar sua própria pesquisa, caso tenha um objeto de interesse específico.

e que hoje atuam nas escolas da Paraíba utilizam nosso material em sua prática docente.⁴ A longevidade do projeto, de fato, demonstra a importância da continuidade de ações voltadas para pensar maneiras inovadoras de ensino da Antiguidade.

Diante da diversidade da produção realizada pelo projeto, neste artigo nos concentraremos nas pesquisas realizadas entre 2021 e 2025, com foco nos autores latinos, especialmente Cícero e César. Dessa forma, o artigo será composto por uma breve introdução do projeto, seguida da apresentação de jogos criados a partir da tradução da *República*, de Cícero; depois, dos desafios da tradução dos *Comentários sobre a Guerra da Gália*, de César; e, por fim, apresentaremos nossas conclusões ressaltando que o diálogo entre Antiguidade e Contemporaneidade é profícuo no estímulo a uma educação pautada em valores democráticos e cidadãos.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA ANTIGUIDADE

A criação do *Vocabulário Político da Antiguidade* em 2016 foi motivada pela voz das ruas, em um momento em que se multiplicavam manifestações políticas no Brasil. O que mais nos alarmava era o tom das severas críticas à democracia,⁵ com a defesa de que algumas camadas da população não deveriam votar, bem como os pedidos de volta da ditadura militar ou da monarquia, com um governo sob a liderança dos herdeiros da família de Bragança.⁶ Em qualquer que seja a situação, o pedido pelo fim da democracia nos deixava consternados, afinal, para nós que crescemos após a constituição de 1988, até então era inconcebível um

⁴ Agradecemos imensamente a todos os estudantes que participaram do projeto e também aos professores que nos receberam em suas salas de aula. O nome de cada um está listado no site do projeto, na aba *História do Projeto e Diário de Classe*, respectivamente. Certamente, o sucesso de nossos resultados se deve ao compromisso de vocês em pensar o ensino de história da Antiguidade de maneira engajada com os valores democráticos e com uma educação pautada na autonomia e no protagonismo discente.

⁵ Como observa Rancière (2014), o ódio à democracia é tão antigo quanto o próprio regime. Nesse sentido, é fundamental distinguir expressões de aversão antidemocrática das críticas legítimas dirigidas ao sistema. Afinal, como destaca Castoriadis (2002), a crítica é constitutiva da democracia. Para o autor, a democracia é “o público no público” e, justamente por isso, possui uma notável capacidade de acolher o questionamento e, a partir dele, transformar-se continuamente.

⁶ Após as eleições de Dilma Rousseff, infelizmente, encontramos manifestações públicas de que pobres ou nordestinos não deveriam votar (ver, por exemplo, a reportagem <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/apos-eleicao-de-dilma-redes-sociais-se-tornam-palco-de-ataques-nordestinos-mas-numericos-revelam-que-disputa-foi-acirrada-em-todo-o-pais-19170/>). O mesmo se repetiu em 2018 (ver <https://oglobo.globo.com/politica/nordestinos-sao-atacados-nas-redes-sociais-apos-resulta-do-primeiro-turno-23138271>). Tal constatação evidencia que, independentemente do resultado eleitoral, certos segmentos da sociedade tendem a ser considerados por outros como desclassificados para a participação política.

retrocesso que alterasse em definitivo a forma de regime.⁷ Nossa resposta a essa situação foi buscar desenvolver um ensino que valorizasse a autonomia, o raciocínio crítico, o desenvolvimento de uma cidadania ativa, seguindo, também, as premissas de Paulo Freire, que era igualmente duramente criticado por alguns segmentos da sociedade.

Diante desse quadro, passamos a indagar como palavras corriqueiras da esfera política, como “democracia”, “república”, “ditadura”, possuem diferentes sentidos nas diversas camadas da sociedade. Afinal, a concepção de democracia de uma pessoa que pede a volta da ditadura é bem diferente daquela que a defende. Portanto, quais seriam os sentidos de democracia, república e ditadura que circulavam nessas manifestações? Soma-se ainda o cenário de rápida propagação de conhecimentos distorcidos e notícias falsas, o que torna ainda mais urgente que os cidadãos tenham um raciocínio crítico. Numa tentativa de contribuir para a reversão desse quadro por meio da educação, por considerarmos que a escola é uma parte integrante da constituição da cidadania, voltamos nossos esforços para pensar em uma forma de trabalhar com esses conceitos em sala de aula, aliando problemas do passado e do presente, uma vez que uma grande parte das palavras do campo político são originárias de termos gregos e latinos. Dessa forma, a aproximação entre Antiguidade e Contemporaneidade é um eixo estruturante do projeto.

Essa aproximação não entende a Antiguidade como um “modelo” a ser seguido, mas adota a perspectiva de Castoriadis (2002, p. 280), considerando-a um gérmen. Desse modo, a Antiguidade pode servir de inspiração na construção de nossas próprias soluções para os dilemas contemporâneos. Além disso, alinhamo-nos à interpretação de Dabdab Trabulsi (2016), segundo a qual há um “reservatório de atualidade” no passado clássico que deve ser colocado à disposição da sociedade.⁸ Portanto, ao mesmo tempo em que se busca facilitar

⁷ A crise da democracia é amplamente debatida desde a década de 1970 (Castoriadis, 2002). Nos últimos anos, torna-se cada vez mais evidente a percepção de que ela se converteu mais em uma técnica de governo e de gestão do capitalismo do que propriamente no exercício do poder popular (Agamben *et al.*, 2009). Também não devem ser desconsideradas as diversas tentativas, observadas em alguns países, de enfraquecimento do regime democrático por meio de suas próprias instituições – como no caso da Itália, analisado por Bobbio (2015). O desmonte dos pilares da democracia liberal – especialmente um Judiciário independente e uma imprensa livre – assume, na atualidade, uma nova dimensão com a atuação de bilionários na arena política, como demonstram Levitsky, Ziblatt (2018) a partir do caso norte-americano. Esse cenário evidencia que, há décadas, a democracia atravessa desafios profundos e é constantemente questionada. Contudo, observa-se que, nos últimos anos, há uma ampliação de discursos – e práticas – autoritários e retrógrados que ameaçam direitos historicamente conquistados. No contexto brasileiro, o quadro é ainda mais grave, considerando que, ao longo do século XX, regimes autoritários predominaram sobre os democráticos. A Constituição de 1988, nesse sentido, produziu a sensação de que o autoritarismo político havia sido superado, ainda que parcialmente. Entretanto, os acontecimentos recentes – sobretudo a tentativa de golpe entre 2022 e 2023 – revelam um risco iminente de erosão dos direitos democráticos.

⁸ Dois livros que problematizam a democracia ateniense a partir de questões do presente são de autoria de Dabdab Trabulsi (2018) e Sebastiani, Leão, Sano (2018).

o acesso ao conhecimento sobre o Mundo Antigo, o material produzido pelo projeto tem por objetivo fomentar reflexões e críticas pertinentes acerca da política atual.

Outro fator motivador para o começo do *Vocabulário Político da Antiguidade* foram as mudanças na educação básica decorrentes da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciada em 2015, e da Reforma do Ensino Médio de 2017, que amplia a carga horária total do ensino médio com a introdução de percursos formativos. Também ocorreram diversas mudanças na estrutura das licenciaturas a partir da BNC-formação e das Resoluções CNE/CP 07/2018 e CNE/CP 04/2024. Esse conjunto de mudanças igualmente nos fez refletir a respeito do ensino da Antiguidade.

A primeira versão da BNCC, divulgada em 2015, versava apenas sobre o ensino fundamental, sendo a proposta para a disciplina de História a que sofreu maiores críticas. Isso porque estava centrada na história do Brasil a partir de 1500, o que resultou na exclusão dos conteúdos de História Antiga e Medieval. Os especialistas dessas áreas rapidamente reagiram, ressaltando a relevância desses conteúdos para a formação na educação básica, tanto por sua contribuição ao desenvolvimento do raciocínio histórico quanto por sua importância na compreensão das transformações do mundo e no fortalecimento do ensino da alteridade. Entretanto, não apenas houve reação dos especialistas, e setores mais conservadores da sociedade brasileira também defenderam a manutenção da História Antiga, sobretudo por associarem Grécia e Roma ao berço da chamada “civilização ocidental”.

De fato, os conteúdos de História Antiga e Medieval retornaram para a segunda versão da BNCC do ensino fundamental e permaneceram na terceira e última versão com poucas alterações restritas ao sexto ano.⁹ Infelizmente, o que se observa é a manutenção de uma História Antiga tradicional, ainda desconectada das pesquisas acadêmicas brasileiras. Ademais, a restrição ao sexto ano faz com que o conteúdo de História Antiga seja discutido em um momento em que o aluno ainda não tem uma noção formada sobre o tempo, apresentando dificuldade de abstração para temporalidades recuadas. Dessa forma, o professor enfrenta diversos desafios: ensinar vários conceitos, ampliar a noção de tempo do alunado e trabalhar com os conteúdos que são espacialmente e temporalmente distantes dos alunos brasileiros.

Por sua vez, a BNCC do Ensino Médio trabalha na perspectiva de áreas e não de disciplinas. A História, em conjunto com a Filosofia, a Geografia e a Sociologia, compõe a denominada área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que é organizada a partir de problematizações de categorias. Na categoria “Política e Trabalho”, a Antiguidade Clássica, em particular a Grécia Antiga, é um dos principais motes para o ensino da política, que é conectada à Filosofia, e à valorização das ideias em torno da pólis, da teoria das formas de governo, da retórica, trazendo um alinhamento que claramente valoriza uma idealização da política no campo da Filosofia, mais do que propriamente experiências políticas do Mundo Antigo. Tem-se uma reafirmação de uma perspectiva monolítica e conservadora, que

⁹ Há uma vasta bibliografia sobre BNCC e História Antiga. Para um sumário do impacto da BNCC na História Antiga, ver Santos (2019); Leite (2020).

desconsidera os contatos entre diferentes grupos tanto na formação da filosofia quanto nas variadas experiências políticas vividas na Grécia Antiga: democracias, oligarquias, tiranias etc.

A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na **pólis**, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, **dos regimes políticos** e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área.

A política está na origem do pensamento filosófico. Na **Grécia Antiga**, o exercício da argumentação e a discussão sobre os destinos das cidades e suas leis estimularam a **retórica** e a abstração como práticas necessárias para o debate em torno do bem comum. Esse exercício permitiu ao **cidadão da pólis** compreender a política como produção humana capaz de favorecer as relações entre pessoas e povos e, ao mesmo tempo, desenvolver a crítica a mecanismos políticos como a demagogia e a manipulação do interesse público. A política, **em sua origem grega**, foi o instrumento utilizado para combater os autoritarismos, as tiranias, os terrores, as violências e as múltiplas formas de destruição da vida pública. (Brasil, 2018, 567, grifos nossos)

De toda forma, a discussão sobre a(s) BNCC(s) impulsionou a área de História Antiga a pensar de maneira mais sistemática questões relativas ao ensino, com a proposição de materiais didáticos e a criação de experimentos, almejando dialogar de forma mais direta com a realidade brasileira.¹⁰

O *Vocabulário Político da Antiguidade* é uma dessas iniciativas e, mesmo com o foco na teoria das formas de governo – um assunto que para alguns pode ser considerado ultrapassado, mas que a própria BNCC sugere imprescindível – nos concentramos em maneiras de tornar a discussão sobre política mais interessante para os jovens, de modo que eles reflitam sobre a esfera política e possam participar do debate público de maneira mais qualificada.

Ao longo dos anos de 2016 a 2018, o projeto se dedicou à tradução de trechos das obras de Heródoto (484-425 AEC), Aristóteles (384-322 AEC), Políbio (203-120 AEC) que continham a definição dos principais regimes políticos. Em paralelo à tradução, fizemos pesquisas sobre os autores, suas obras e a experiência política grega. O nosso intuito era a

¹⁰ O GTHA (Grupo de Trabalho em História Antiga – ANPUH) disponibilizou em seu site o levantamento bibliográfico de pesquisas relativas ao ensino de História Antiga publicado nas últimas décadas. É nítido o crescimento de artigos, capítulos e livros sobre a temática a partir de 2015. <https://gtha.ufsc.br/ensino-de-historia-antiga/>.

construção de um texto equilibrado tanto para a área de História quanto para a de Letras Clássicas, e que, ao mesmo tempo, se mostrasse adequadamente aplicável em contextos de ensino da educação básica.

A tradução foi realizada em reuniões semanais, estruturadas de maneira coletiva e dialógica.¹¹ A participação de discentes das duas licenciaturas permitiu a eles um aprofundamento no entendimento da fonte, mediado por debates, por vezes intensos, acerca das escolhas lexicais e das demais complexidades inerentes ao processo de tradução. Isso, por outro lado, também possibilitou um maior engajamento dos estudantes de História, que se sentiam estimulados a conceber novas estratégias pedagógicas para ensinar o que era debatido nas reuniões.

O material resultante foi consolidado em um e-book, publicado em 2019 (Leite; Dezotti, 2019), disponibilizado em livre acesso tanto no site da editora quanto no site do projeto. Optamos por esse formato por permitir uma maior acessibilidade, uma vez que nosso principal intuito era sua utilização por um grande número de professores. Atualmente, com base em relatos dos professores, verifica-se que nosso objetivo foi alcançado, e que ainda fomos além, atingindo um público adicional, pois constatou-se a incorporação do material em diversos planos de cursos de História Antiga. Dessa forma, o e-book pode ser utilizado em diferentes níveis e contextos formativos.

Em linhas gerais, o material é composto por informações introdutórias sobre a vida e a obra do autor clássico e seu contexto histórico, detalhando os eventos considerados mais importantes para a compreensão do pensamento do autor. Em seguida, apresenta-se uma série de fichas de leitura, organizadas segundo um roteiro padrão, constituído pelas seguintes seções: fonte textual; vocabulário; comentário; e tópicos para discussão.

O e-book serviu de base para a elaboração de diversos planos de aula e jogos pedagógicos, aplicados nas escolas de João Pessoa e arredores nos anos subsequentes.¹² Em paralelo, iniciou-se a concepção de um segundo volume, desta vez, voltado aos autores latinos, aproveitando a experiência bem-sucedida com os autores gregos. O projeto de tradução encontra-se em andamento desde 2020, tendo seu cronograma inicial impactado pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Para o volume dos autores latinos, o projeto optou-se por focar em Cícero (106-43 AEC), com a obra *De Republica*; César (100-44 AEC), com *De Bello Gallico*; e Salústio (86-34 AEC), com *De Coniuratione Catilinae*. A escolha dessa tríade fundamentou-se na oportunidade de analisar o conturbado período do final da República Romana.

A respeito de Cícero, nossa pesquisa avançou bastante, e já temos uma tradução pronta e previamente disponibilizada no site. Contudo, ainda estamos realizando a tradução de César e esperamos, na sequência, iniciar os estudos sobre Salústio. Nas próximas seções, apresentaremos os resultados das pesquisas a respeito de Cícero e César.

¹¹ Para mais informações sobre o processo de tradução utilizado pelo *Vocabulário Político a Antiguidade*, ver Leite, Dezotti (2017).

¹² Sobre as experiências nas escolas, ver Silva, Carmo (2019); Leite *et al.* (2024); Santos Júnior (2024).

CÍCERO, CONSTITUIÇÃO MISTA E AS FORMAS DE GOVERNO

Para o volume dedicado aos autores latinos, iniciamos com o estudo do orador Cícero e de sua obra *De Republica*, por vários motivos: a presença recorrente de referências ao orador na cena pública brasileira; a articulação com as formas de governo descritas por Aristóteles e Políbio, já analisados anteriormente;¹³ a definição de república “como coisa do povo”, frequentemente retomada no cotidiano e nos livros didáticos; e a importância de Cícero para a sistematização de categorias de análise política na tradição latina.

Sobre o primeiro ponto, a obra de Cícero ganhou ampla repercussão no noticiário nacional em dezembro de 2015, com a deflagração de um dos desdobramentos da Operação Lava Jato, denominado *Operações Catilinárias*. Naquele momento, a população em geral buscava entender o significado do termo “Catilinárias”, alusivo aos discursos nos quais Cícero acusa Catilina de conspiração e tentativa de subversão da república (Leite, 2018, 240-2). Tal episódio proporcionou a vários especialistas espaço na mídia, conferindo visibilidade aos Estudos Clássicos.

Mais recentemente, a figura de Cícero voltou a ser evocada durante a sustentação oral de um dos advogados de defesa do “núcleo 1” da tentativa de golpe de Estado, que culminou na invasão e depredação da sede dos poderes da República em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Na ocasião, o advogado de defesa do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, que durante o julgamento usou de várias referências literárias na sua retórica, logo nos primeiros 5 minutos da sustentação oral, fez uma menção ao orador romano:

E aqui é impossível não se recordar, eminente ministro Dino, eu me lembro do da graduação, da época da graduação, eminente ministra Carmen. E aí a gente empolgado e os professores falavam **da defesa de Cícero e tem aquela clássica defesa de Cícero que dizia: “Uma coisa é mal dizer, outra é acusar”**. A maledicência não tem outro propósito senão a contumélia. E com as mais respeitosas vênias, o general Paulo Sérgio acabou sendo enredado em uma contumélia, [...]¹⁴ (grifos nossos)

¹³ Alguns estudos sobre a configuração das formas de governo especificamente em Cícero: Olivera (2004a); Oliveira (2004b); Turcan (2011); Bernardo (2012).

¹⁴ O trecho foi retirado do canal do youtube da CNN Brasil, entre os minutos 2:30 e 3:00, que disponibilizou na íntegra essa fala, sob o título *Defesa de Paulo Sérgio Nogueira inicia sustentação oral no STF | LIVE CNN*. (<https://www.youtube.com/watch?v=Ass2gAL-WII>). Além disso, o advogado também mencionou Virgílio e um trecho da *Eneida* ao narrar a biografia do general Paulo Sérgio, afirmando que seu cliente seria elogiado pelo poeta romano por ter ido para o colégio militar, longe de sua família, quando criança: “Eu ousaria dizer que o grande Virgílio da *Eneida*, se olhasse pro general Paulo Sérgio, essa decisão difícil que ele teve que tomar aos 11 anos de idade, falaria para ele: ‘Você fez bem?’ [...] Muito bem, general Paulo Sérgio. E como ele diz na *Eneida*, cresce em valor, meu jovem, pois é assim que nós chegamos aos astros, às estrelas.”

É muito provável que o advogado esteja se referindo ao discurso *Em defesa de Célio* (*Pro Caelio*), no qual Cícero distingue a mera difamação de uma acusação formal, a qual exige, de fato, a apresentação de provas.

Tais calúnias, aliás, são frequentes entre todos aqueles cuja imagem e aparência na juventude foram de formosura. **Mas uma coisa é maldizer, outra é acusar.** Uma acusação pressupõe um crime, um processo para definir a causa, para marcar um homem, para o demonstrar através de provas, para o confirmar com testemunhas; inversamente, a calúnia não tem outro objetivo senão a injúria, a que, quando lançada com petulância, chamamos insulto, quando com humor, gracejo. (Cícero. *Em defesa de Célio*, III.6; tradução de Sara Maurício, grifos nossos)

Esses dois exemplos demonstram como a menção a Cícero ocorre de tempos em tempos e serve para indicar – ou, antes, para aparentar indicar – um certo grau de erudição por parte dos agentes envolvidos, mais do que propriamente um apreço genuíno pela obra do orador.

Assim, torna-se evidente a relevância de ampliar o ensino sobre Cícero no ambiente escolar, cuja pertinência foi confirmada pelas atividades desenvolvidas pelo *Vocabulário Político da Antiguidade* entre 2023 e 2025.¹⁵ Um episódio ilustrativo – e, para nós, um tanto cômico – ocorreu durante a exposição das teorias de Aristóteles, Políbio e Cícero sobre as formas de governo, quando um estudante do 6º Ano de uma escola estadual, em tom espontâneo, exclamou: “Esse Cícero é um copião!”. Para ele, Cícero teria “copiado” as ideias de Aristóteles; nós, porém, entendemos que ele estava usando a linguagem que tinha ao seu alcance, a de um jovem de 11 anos, para relacionar esses três autores da Antiguidade.

Para a preparação da tradução *De Republica*, foi utilizado o texto em latim estabelecido por Mueller (1890), que se encontra em domínio público. Também consultamos a tradução de Maia Junior (2016). Mantivemos nosso método da tradução coletiva, acompanhado de uma discussão aprofundada de termos-chave previamente selecionados. Nesse processo, traduzimos os trechos 1.39-42, 1.47, 1.48, 1.50, 1.51, 1.53-55, 1.69-70.

Durante a tradução, foi perceptível a proximidade com a *Política* de Aristóteles, aspecto destacado nos comentários, assim como a polissemia do vocábulo *res publica*, que, por vezes, se refere ao próprio regime político romano e, em outras ocasiões, assume um sentido mais amplo, relacionado à constituição (regime político), aproximando-se da proposta de *politeia* do filósofo grego.

Ademais, a tradução de determinados termos revelou-se particularmente desafiadora, exigindo um aprofundamento de nossa reflexão, tais como *consilium* e *civitas*. O primeiro apresenta uma variação de sentidos, podendo significar tanto uma decisão ou uma deliberação (dar um conselho) quanto o grupo de pessoas que decide (participar de um Conselho). Optamos, sempre que possível, traduzir por “conselho”, cuja polissemia em português guarda correspondência com o latim. Quanto à palavra *civitas*, a tradução variou entre “sociedade”

¹⁵ Para mais detalhes sobre atuação nas escolas nos anos de 2023 e 2024, ver: Santos Júnior (2024).

e “cidadania”, conforme o contexto, a fim de garantir maior fluidez na leitura dos jovens. Alguns outros termos que ganharam destaque em nossa análise, e que compõem a seção vocabulário, foram: *constitutio, imperium, suffragium, magistratus, iux, lex, populus*.

A análise minuciosa dos termos possibilitou a proposição de traduções alternativas em relação às já difundidas. Um exemplo encontra-se na passagem 1.39, *Res publica res populi*, que costuma ser traduzida como “a coisa pública é a coisa do povo”, tradução que apresenta o problema de diluir em demasia o sentido de *res*. Para os romanos, o termo *res* possuía tanto um sentido concreto, relacionado a bens materiais, patrimônio, quanto um sentido abstrato, ligado ao conjunto de interesses e assuntos de alguém. Assim, para o cidadão romano, a *Res publica* era algo que dizia respeito ao povo. Cícero, nessa passagem, também afirmava que o povo não era somente o ajuntamento de pessoas, mas um agrupamento sistematizado e organizado. Nesse sentido, acreditamos que uma tradução mais clara para jovens estudantes seria: “República é o interesse do povo”. Com isso, queremos destacar a ideia de que a república abarca o conjunto dos interesses da população. Para o orador, nesse regime político o que se sobressai não era o interesse de um grupo específico – seja ele numeroso, como os pobres, ou mais restrito, como os ricos –, mas sim o interesse comum de todos aqueles que constituem o povo, sua total integralidade, sejam ricos ou pobres.

Figura 1: Excerto do capítulo sobre Cícero



Definição de *res publica*

Cícero, *República* 1.39 – 1.42

Est igitur, inquit Africanus, RES PUBLICA res populi, populus autem non omnis hominum coetus quoquo modo congregatus, sed coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus. Eius autem prima causa coeundi est non tam inbecillitas quam naturalis quaedam hominum quasi congregatio. [...] Hi coetus igitur hac, de qua exposui, causa instituti sedem

REPÚBLICA é O interesse do povo – disse Africano –, mas nem todo agrupamento de pessoas que se juntou de qualquer maneira é um povo, mas somente o agrupamento de uma multidão que se associou pelo consenso do direito e pela comunhão do benefício. E o principal motivo de se associar não é tanto sua fragilidade, mas sim uma espécie de disposição natural das pessoas de se agruparem.

Fonte: *Vocabulário Político da Antiguidade*

No ano de 2022, lançamos uma versão prévia reunindo nossas pesquisas sobre Cícero (Leite; Dezotti, 2022). O volume é composto por uma breve introdução à obra, na qual se contextualiza o diálogo imaginado para discutir as formas de governo; uma apresentação do elenco de personagens; textos informativos sobre cidadania em Roma, magistraturas romanas, patrícios, plebeus e *nobilitas*; além de um texto sobre os irmãos Graco e outro sobre o uso

da palavra “escravo” no contexto romano. O volume ainda inclui a tradução dos trechos selecionados, o vocabulário com palavras em latim e seu significado, e os comentários dos respectivos trechos.

Esse volume serviu de base para a elaboração do plano de aula “Sociedade Romana: patrícios, clientes, plebeus e escravos”, composto por slides, um texto informativo e uma atividade de caça-palavras com termos em latim e em português referentes à sociedade romana. Nessa aula, aproveitamos a oportunidade para destacar a palavra “escravo”, apresentando o sentido de *servus* e a posterior incorporação do termo de *slav* nas línguas europeias.

Figura 2: Slide sobre sociedade romana

Você sabia?

Em meados do século X, o uso da palavra **servus** para designar os **escravos** foi diminuindo, passando a indicar sujeitos com mais liberdade pessoal e algumas posses.

A partir da Baixa Idade Média, os termos para se referir aos escravos foram derivados da palavra **slav**, que significa “**eslavo**”: povos do Leste Europeu, escravizados após as derrotas nas guerras contra os germânicos.

Encontramos a partir daí, palavras como **sclavus** ou **slavus** significando: escravos.





Fig. 1 Mosaico, século II d.C., Museu Nacional do Bardo. Escravos servindo vinho. **SERVUS** - ESCRAVO

Fig. 2 Manuscrito do século XI. **SCLAVUS** - ESCRAVOS

Fig 1 <https://en.wikipedia.org/wiki/Slavery_in_ancient_Rome#/media/File:Mosaique_echansons_Bardo.jpg>
Fig 2 <<https://www.historytoday.com/archive/normans-and-slavery-breaking-bonds>>

Fonte: *Vocabulário Político da Antiguidade*

Também foi elaborado um plano de aula sobre a estrutura institucional romana, com ênfase nos comícios e nas magistraturas. Para essa aula, foi criada uma atividade de jogo de cartas baseado em um jogo de adivinhação de perfis através de pistas. Cada carta corresponde a uma magistratura ou a um comício e contém 6 perguntas. Vence aquele que conseguir responder corretamente utilizando o menor número de pistas. Também foi elaborado um plano de aula específico sobre *De Republica* de Cícero, que inclui a atividade de ligar o nome da forma de governo à sua correspondente definição.

Além disso, desenvolvemos um plano de aula dedicado à participação feminina na sociedade romana, mesmo não sendo a temática diretamente abordada na obra do orador. Nessa aula, apresentamos o mapa de Roma e convidamos os alunos a refletirem sobre os espaços ocupados pelas mulheres, para que percebam que sua atuação ia além do ambiente doméstico. Mesmo que a questão das mulheres não esteja nos trechos traduzidos, consideramos importante desenvolver esse tipo de material, pois promove uma reflexão

sobre a desigualdade de gênero (no passado e no presente) e sobre as ações necessárias para mudar esse cenário.

Por fim, desenvolvemos o plano de aula “Formas de governo e o jogo Super Trunfo”, que traz o jogo *SuperTrunfo: Formas de Governo*, no qual exploramos as formas de governo da Antiguidade de acordo com as perspectivas de Aristóteles, Políbio e Cícero. Até o momento, esse plano de aula tem se mostrado a maneira mais eficiente de trabalhar os conceitos relativos às formas de governo com as turmas do 6º Ano, por promover um grande engajamento dos alunos e uma efetiva aprendizagem dos principais conceitos a respeito dos regimes políticos, incluindo a quantidade de pessoas no governo, a qualidade do governo (bom ou ruim) e sua organização.

O jogo consiste em 24 cartas para ser jogado por 2 a 6 pessoas.¹⁶ Foi pensando especialmente para o público de 10 a 12 anos, a fim de incentivar o interesse por questões políticas, considerando que a maioria dos materiais para essa faixa etária aborda mais aspectos culturais e religiosos da Antiguidade. Mesmo desenhado para um público mais próximo do infantil, claramente, o jogo pode ser utilizado por todas as faixas etárias e também teve uma boa receptividade nas turmas do Ensino Médio.

O jogo segue a mecânica tradicional do *Super Trunfo*,¹⁷ que consiste na comparação de atributos das cartas. O objetivo do jogador é tomar todas as cartas dos participantes, escolhendo um atributo das cartas a cada rodada; vence a rodada quem tiver o atributo mais alto, e o jogo se encerra somente quando um dos jogadores obtém todas as cartas. A mecânica simples do jogo permite desenvolver habilidades de análise e comparação, reconhecendo diferenças e similaridades, o que é importante para entender a teoria das formas de governo proposta por autores da Antiguidade.

Para esse fim, nosso primeiro passo foi definir quais atributos deveriam constar nas cartas, optando por “Participação”, “Liberdade”, “Leis” e “Estabilidade”. Cada um desses atributos busca refletir um conjunto de aspectos: a possibilidade de participação na esfera pública, em que a pontuação corresponde ao nível de engajamento e à proximidade do regime com os valores democráticos atuais; o livre exercício da participação política e do sujeito em exercer suas escolhas pessoais; o respeito às leis, ao ordenamento jurídico e à isonomia; e a longevidade de um sistema político, a robustez de suas instituições e sua capacidade de responder a tentativas de golpes de Estado.

Definidos os atributos, o próximo passo foi escolher os autores a serem trabalhados, e decidimos nos restringir a três: Aristóteles, Políbio e Cícero. O primeiro, por trazer a divisão entre seis formas de governo – três positivas e três negativas –, que foi basilar para a filosofia política; o segundo, por permitir elucidar com os alunos o conceito de *anacilose* e, com isso, debater sobre as transformações dos regimes políticos; e, por fim, o terceiro, por debater

¹⁶ Para mais informações sobre o *Super Trunfo: Formas de Governo*, ver Santos Júnior (2024, p. 91-217); Leite *et al.* (2024).

¹⁷ No Brasil, o jogo foi distribuído pela Grow. Mais informações ver https://pt.wikipedia.org/wiki/Super_Trunfo

o conceito de Constituição Mista, demonstrando como é comum que os regimes políticos apresentem mais de um elemento das diferentes formas de governo.

Para cada autor foram criadas 6 cartas, totalizando 18 cartas, que permitem comparar pensadores gregos e romanos. Para completar 24 cartas, número ideal para tornar o jogo mais dinâmico, elaboramos mais 6 cartas baseadas em experiências políticas reais: Democracia Ateniense, Oligarquia Espartana, República Romana, Monarquia Macedônica, Tirania da Sicília e República Brasileira pós-1988. Com isso, nosso objetivo foi de comparar experiências históricas com as idealizações dos autores clássicos e incentivar a reflexão sobre o cenário político atual, razão pela qual incorporamos no jogo a carta sobre o regime republicano brasileiro.

Depois de definidos os atributos e autores, a próxima etapa foi a criação do design das cartas, que deveria ser ao mesmo tempo atrativo e didático. Para isso, escolhemos ilustrar as cartas que se referiam às formas de governo dos autores clássicos com pinturas de cenas da Antiguidade, principalmente do século XIX, pois essas imagens podem servir de instrumento para o professor trabalhar a recepção da Antiguidade ao longo do tempo. As referências de cada uma das pinturas foram incluídas no jogo, junto com o manual de instruções. Por sua vez, para as experiências políticas reais, optamos pelo uso de fotografia, seja de esculturas, espaços arquitetônicos ou registro de momentos importantes, como a icônica cena da promulgação da Constituição brasileira de 1988. Além disso, em cada carta foi destacado o trecho da obra utilizado para pensar o valor dos atributos da forma de governo, de modo que o professor possa recorrer ao nosso livro e trabalhar com os alunos a tradução elaborada pelo projeto.

Figura 3: Carta Constituição Mista – *Super-trunfo: formas de governo*



Fonte: *Vocabulário Político da Antiguidade*

Durante os anos de 2023 e 2024, o jogo *Super Trunfo: Formas de Governo* foi utilizado 9 vezes em escolas da região metropolitana de João Pessoa, em turmas com faixa etária entre 11 anos e 15 anos. Ao final das aulas, os alunos responderam a um questionário avaliativo, e 95% dos estudantes afirmaram que gostariam de jogar *Super Trunfo: Formas de Governo* novamente, inclusive fora do ambiente escolar, com amigos e familiares.¹⁸ Um resultado especialmente significativo foi que aproximadamente 90% dos alunos declararam ter aprendido com o jogo e passaram a perceber a política de forma mais positiva.

Entretanto, como toda experiência dentro da sala de aula, a aplicação do jogo apresentou seus desafios. Após a terceira aplicação, constatamos um problema: alunos que perdiam nas primeiras rodadas ficavam passivos e dispersos, perdendo o engajamento inicial. Como as próximas rodadas poderiam demorar um pouco, tivemos que pensar em soluções para contornar essa situação. Para tanto, foi elaborada uma atividade complementar, para ser aplicada com os alunos que estavam fora da partida. Essa atividade foi um jogo da memória com cartas com as mesmas imagens utilizadas no *Super Trunfo: Formas de Governo*, acrescidas de frases das obras dos autores clássicos. O objetivo dessas pequenas frases foi incentivar a leitura dos alunos, já que é comum ouvir dos professores do 6º Ano queixas a respeito de dificuldades de leitura. Portanto, enquanto os alunos esperavam uma nova rodada, poderiam fazer outra atividade lúdica. De fato, nas turmas em que foram aplicados os dois jogos, percebemos maior engajamento e interesse por parte dos alunos.

Figura 4: Cartas do jogo da memória



Fonte: *Vocabulário Político da Antiguidade*

Os dois jogos utilizam elementos lúdicos e já familiares aos jovens para uma aprendizagem sobre política, estimulando uma reflexão sobre as formas de governo e os regimes políticos antigos e atuais, além de servirem como ponte para um primeiro contato

¹⁸ Para uma análise detalhada dos questionários, ver: Santos Junior (2024).

direto com os textos clássicos. A partir desses jogos, esperamos oferecer um material atraente ao professor e, ao mesmo tempo, demonstrar como a Antiguidade Clássica continua sendo um objeto interessantíssimo no processo de construção de valores relacionados à cidadania.

Dessa forma, consideramos que a experiência de tradução de Cícero e a elaboração dos materiais didáticos foi bem-sucedida, em razão da resposta positiva observada nas salas de aula. Isso reforçou a intenção do projeto de concluir o volume dedicado aos autores latinos e também revisitar o material referente aos autores gregos, ampliando assim os horizontes de nossas atividades.

CÉSAR, IDENTIDADES, IMPÉRIO E MIGRAÇÕES

A partir do ano de 2024, e em paralelo às aplicações de Cícero nas escolas, a equipe do *Vocabulário Político da Antiguidade* iniciou pesquisas sobre César, pois, além de ser um personagem do Mundo Antigo muito conhecido, sua obra permite discutir aspectos relacionados aos conceitos de Império e Imperialismo, ao contato entre os povos no contexto romano e aos efeitos devastadores da guerra. O estudo foi iniciado com a leitura das biografias do general romano por Suetônio e Plutarco, debatendo a representação que cada um fez dele.¹⁹

Na fase inicial da pesquisa, em que nos concentramos em leituras e debates, priorizamos a criação de *posts* para nossas redes sociais. Por isso, em 2024, também focamos na temática da República Romana a partir de expressões populares do cotidiano, como “Dai a César o que é de César”, “O dado está lançado”, “Vi, vim e venci”, além do parto cesáreo e do calendário juliano. Ademais, criamos *posts* sobre boatos acerca da vida de Júlio César, a cerimônia do Triunfo, as biografias das Júlias pertencentes ao círculo da família de César, as biografias de Lúcio Cornélio Sula e Caio Mário, e as interpretações de Suetônio e Plutarco a respeito de César.

A atuação nas redes sociais se soma ao nosso esforço de promover materiais de qualidade sobre a Antiguidade, e neste caso são alicerçados nos preceitos da História Pública, para divulgar o conhecimento científico para além dos muros universitários. Na legenda de cada *post*, constam as referências utilizadas na elaboração do conteúdo. Durante a criação desses materiais, os licenciandos aprendem a transformar o resultado da pesquisa em uma linguagem atrativa, sem perder a objetividade científica, aspecto crucial hoje, devido à abundância de desinformação e ao uso indiscriminado de Inteligências Artificiais generativas.

¹⁹ Sobre a construção da imagem de César ver Canfora (2002).

Figura 5: Página do *Vocabulário Político da Antiguidade* no Instagram



Fonte: *Vocabulário Político da Antiguidade*

No ano de 2025, começamos a tradução dos livros 1 e 4 da obra *De Bello Gallico*, a partir do texto latino de Hering (1987). Seleccionamos o início de cada livro: parágrafos do 1 ao 12 do livro 1, e do 1 ao 15 do livro 4. À medida que a tradução avançava, debatíamos a interação entre romanos e não-romanos e analisávamos como César caracterizava as populações da região da Gália.

Com base em uma historiografia recente sobre a interação entre romanos e não-romanos, discutimos a tradução mais adequada para *civitas* quando César se refere aos helvécios, optando pelo termo “nação” para marcar a diferença em relação ao uso de *civitas* quando o general se refere aos romanos. Usualmente, quando se refere a povos não-romanos, *civitas* é traduzido por “tribo”, o que carrega, para nós, uma conotação de hierarquia entre romanos e helvécios, na qual os primeiros seriam “civilizados”, morando em cidades estruturadas; enquanto os segundos, “primitivos”, organizados em estruturas urbanas pouco desenvolvidas. Entretanto, observamos, na obra de César, uma valorização dos gauleses com o intuito de engrandecer a conquista da região (Almeida, 2018). Ademais, há um esforço do general em enquadrar o modo de vida dessas populações aos padrões romanos. Dessa forma, ao traduzir *civitas* por “nação”, buscamos questionar o uso da palavra “tribo” e, simultaneamente, reconhecer a luta das populações autóctones, que se referem a si mesmos como pertencentes a uma nação, como forma de valorizar sua identidade política, riqueza cultura e historicidade.

Ainda no mesmo ano, continuamos com as pesquisas que serviram de base para a criação de *posts* nas redes sociais. Abordamos temas como os gauleses, a divisão da Gália, os helvécios, o conceito de *humanitas*, a percepção e a organização do território para os romanos (*colonia*, *pagus*, *oppidum*, *municipium*, *civitas*, *urbs*). Também apresentamos discussões

historiográficas em torno dos conceitos de romanização, Império e imperialismo, destacando as diferentes abordagens interpretativas no campo da historiografia contemporânea.

Paralelamente, desenvolvemos planos de aula e materiais didáticos acerca de *imperium*, Império e Imperialismo, do conceito de bárbaro e de barbárie, dos gauleses, da relevância da noção de *humanitas* para a sociedade romana, da *colonia* no Império Romano e dos conceitos modernos para explicar o processo de expansão romana (imperialismo e romanização). Considerando os resultados positivos obtidos da aplicação do jogo *Super Trunfo: formas de governos*, estamos desenvolvendo uma proposta didática que represente as Guerras da Gália por meio de um jogo de tabuleiro, cujas mecânicas são similares a dinâmica do jogo *WAR*.²⁰ Nosso propósito é problematizar o contato dos romanos com os não-romanos durante a expansão na República, buscando ensinar as diversas nomenclaturas de organização do território empregadas pelos romanos e discutir as diferentes interpretações historiográficas relativas ao conceito de Romanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto *Vocabulário Político da Antiguidade* é pautado na integração entre pesquisa, ensino e extensão, bem como na aproximação entre universidade e escola. Esta última é compreendida como um espaço privilegiado no processo de construção da cidadania, sendo imprescindível para a socialização e a ampliação do conhecimento político. O estudo da teoria das formas de governo e dos vocábulos ligados à esfera política da Antiguidade são uma das maneiras de aproximar essa temporalidade do presente. A partir dessa ponte entre passado e presente, o aluno passará a entender a historicidade dos regimes políticos e, assim, abre-se espaço para a construção de projetos de futuro, em que se reivindiquem governos alicerçados em valores ligados à participação política, liberdade e justiça social.

Portanto, compreender o vocabulário político desenvolvido na Antiguidade – e que influenciou profundamente nosso idioma – é também uma forma de exercitar uma escuta mais atenta e crítica dos discursos políticos contemporâneos. Espera-se, assim, que os materiais criados pelo projeto contribuam para o reconhecimento do indivíduo como ser político, se colocando como participante ativo da vida em sociedade.

A reflexão sobre as formas de governo não é um tópico ultrapassado, ao contrário, estimula o raciocínio crítico e uma postura mais engajada, orientando soluções que priorizem o bem coletivo. Em um contexto de esfacelamento dos valores democráticos, repercussão de discursos autoritários e de extrema individualização, promover debates que reforcem princípios de cidadania são fundamentais. Os autores clássicos, por sua vez, continuam a se apresentar como fontes valiosas para inspirar tais reflexões. A longevidade do projeto e sua contínua inovação no desenvolvimento de propostas de tradução e de materiais didáticos comprovam que o ensino da Antiguidade é importante no processo educativo e que esse

²⁰ *War* é um jogo de estratégia distribuído pela empresa Grow, composto por um tabuleiro, cartas e peças que representam exércitos. O objetivo do jogo consiste em cumprir a missão determinada por uma carta tirada antes do início da partida. Para saber mais, ver: <https://pt.wikipedia.org/wiki/War>.

conhecimento deve ultrapassar os limites do público especializado (Silva; Frizzo; Gontijo Leite, 2023). Além disso, sua proposta interdisciplinar contribuiu para o fortalecimento dos cursos de graduação de História e Letras Clássicas, oferecendo recursos concretos aplicáveis tanto por especialistas quanto por não especialistas de forma a desenvolver habilidades importantes para os desafios do século XXI (Hall, 2015).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio *et al.* *Démocratie, dans quel état?* Montréal: Éditions Écosociété, 2009.
- ALMEIDA, Priscilla Adriane Ferreira. *Os gauleses em César, Tito Lívio e Plínio, o Velho. Sobre a retórica de representação do outro e a construção de si.* 2018. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BERNARDO, Isadora Prévilde. *O De Re Publica, de Cícero. Natureza, política e história.* 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Democracia e segredo.* São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CANFORA, Luciano. *Júlio César, O ditador democrático.* São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- CÍCERO. *Tulli Ciceronis Scripta Quae Manserunt Omnia.* Ed. C. F. W. Mueller. Part 4, Vol. 2. Leipzig: Teubner, 1890.
- CÍCERO. *De Re Publica.* Tradução e notas de Juvino Alves Maia Junior. João Pessoa: Ideia, 2016.
- DABDAB TRABULSI, José Antonio. A democracia ateniense e nós. *e-Hum*, v. 9, n. 2, p. 8-31, 2016.
- DABDAB TRABULSI, José Antonio. *Participação direta e democracia grega. Uma história exemplar?* Coimbra: Grácio Editor, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Edith. Citizens' Classics for the 21st Century. *Journal of Classics Teaching*, v. 16, n. 32, p. 1-5, 2015.
- HERING, Wolfgang. *Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana.* Leipzig: Teubner, 1987.

LEITE, Priscilla Gontijo; DEZOTTI, Lucas Consolin. Política na sala de aula. Uma proposta interdisciplinar a partir da Antiguidade. *Nuntius Antiquus*, v. 13, n. 1, p. 1-25, 2017.

LEITE, Priscilla Gontijo. Antiguidade e atualidade brasileira. Necessidade de um debate interdisciplinar. In: FREIRE, Rodrigo; NÓBREGA, Mônica. *XI CCHLA Conhecimento em Debate. Universidade e desafios do tempo presente*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, p. 240-7.

LEITE, Priscilla Gontijo; DEZOTTI, Lucas Consolin (org.). *Vocabulário Político da Antiguidade. Reflexões para o exercício da cidadania*. João Pessoa: Editora CCTA, 2019.

LEITE, Priscilla Gontijo; DEZOTTI, Lucas Consolin (org.). *Cícero – estudos e traduções*. João Pessoa: Prolicen, CCHLA/UFPB, 2022.

LEITE, Priscilla Gontijo. O ensino de História Antiga no Brasil. Percepções a partir das propostas da BNCC. In: SOUZA NETO, José Maria Gomes de; MOERBECK, Guilherme; BIRRO, Renan M. (org.). *Antigas Leituras. Ensino de História*. Recife: EDUPE, 2020, p. 93-114.

LEITE, Priscilla Gontijo *et al.* Formas de Governo em jogo: Política e Ensino de História através do Projeto Vocabulário Político da Antiguidade. *Alêtheia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, v. 1, n. 1, p. 192-207, 2024.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATI, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAURÍCIO, Sara Mariana Moreira. *Cícero – Em defesa de Célio*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos – Mundo Antigo) – Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. As formas de constituição em Cícero. *Máthesis*, v. 13, p. 105-23, 2004a.

OLIVEIRA, Francisco de. Taxonomia das formas de constituição em Cícero. In: LEÃO, Delfim F.; FIALHO, Maria do Céu (org.). *Nomos. Direito e sociedade na Antiguidade Clássica*. Madrid: Ediciones Clásicas; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004b. p. 351-67.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas – Alexandre e César*. Tradução do grego, introdução e comentário de Maria de Fátima Silva e José Luís Brandão. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Dominique. O ensino de História Antiga no Brasil e o debate da BNCC. *Outros Tempos*, v. 16, n. 28, p. 128-45, 2019.

SANTOS JUNIOR, Isaias Luis dos. *Democracia “em” jogo. Ensino de história antiga, participação política e jogos*. 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

SEBASTIANI, Breno Battistin; LEÃO, Delfim; SANO, Lucia; SOARES, Martinho; WERNER, Christian (coord.). *A poiesis da Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

SILVA, Laryssa Alves da; CARMO, Millena Luzia Carvalho do. O ensino dos regimes políticos em História Antiga. Uma proposta a partir do projeto Prolicen. In: ASSUMPCÃO, Luis F. Bantim; BUENO, André; CAMPOS, Carlos E.; CREMA, Everton; NETO, José Maria de Sousa (org.). *Aprendendo História. Experiências*. União da Vitória: Sobre Ontens, 2019.

SILVA, Laryssa Alves da; CARMO, Millena Luzia Carvalho do; LEITE, Priscilla Gontijo. O uso de tecnologias no ensino de História Antiga. Propostas metodológicas do Projeto Vocabulário Político da Antiguidade. In: BORGES, Cláudia Cristina do Lago; LEITE, Priscilla Gontijo (org.). *Experiências docentes e a construção do saber histórico*. João Pessoa: Editora CCTA, 2022, p. 209-31.

SILVA, Uiran G. da; FRIZZO, Fábio; GONTIJO LEITE, Priscilla. Devemos fazer Tábula Rasa dos Passados Distantes? A Antiguidade na Cultura Histórica e nas escolas brasileiras. *Revista História Hoje*, v. 12, n. 24, p. 5-27, 2023.

TURCAN, Robert. Notions romains de l'État: de la «Res Publica» au «Status Romanus». *Latomus*, v. 70, p. 621-41, 2011.